

1283

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS ENCAMINHAMENTOS ORIUNDOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PARA A ESPECIALIDADE ENDOCRINOLOGIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Bibianna de Oliveira Pavim, Daniel Prates Baldez, Adriano Detoni Filho, Vanessa Just Blanco, Jefferson Almeida de Oliveira, Natan Katz, Erno Harzheim. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Introdução: O projeto Regulasus surgiu de uma parceria entre TelessaúdeRS e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul visando qualificar e reduzir os encaminhamentos para as especialidades médicas. Atualmente há 181 mil solicitações de encaminhamento de pacientes não residentes em Porto Alegre aguardando consulta em serviço especializado gerenciado pelo Complexo Estadual Regulador, produzindo um tempo de espera que pode chegar a vários anos. Um dos maiores entraves no processo de regulação clínica médica é exatamente a falta de informações clínicas, impossibilitando a avaliação da necessidade da consulta e da prioridade no acesso. **Objetivo:** Avaliar a qualidade das informações clínicas dos encaminhamentos para a especialidade Endocrinologia baseada em protocolos de encaminhamento previamente aprovados para uso pelo Complexo Estadual Regulador. **Metodologia:** Foram desenvolvidos protocolos de encaminhamento para as seis condições clínicas mais comuns solicitadas para avaliação do endocrinologista (diabete mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, nódulo de tireoide, bócio multinodular e obesidade). Com base nesses protocolos, um médico regulador analisava a solicitação e definia se constava no encaminhamento a justificativa para consulta ao endocrinologista (solicitação autorizada), se as informações eram insuficientes para definição do caso (consultoria TelessaúdeRS), ou se não era possível nem definir a suspeita diagnóstica (pendente por falta de informações). Os dados foram coletados de novembro de 2013 a junho de 2014. **Resultados:** Até o presente momento, foram regulados 2.259 solicitações de encaminhamento para endocrinologia. Destes, somente 303 (13%) foram considerados adequados e encaminhados para consulta. 1.568 (70 %) casos foram encaminhados para teleconsultoria com o TelessaúdeRS visto dúvida na necessidade do encaminhamento e 388 (17%) foram devolvidos para complementar informações. **Conclusão:** A falta de informações impossibilita uma regulação clínica das solicitações. Pacientes cujo manejo clínico pode ser realizado na APS fazem a demanda ser muito maior que a oferta, e dificultam o acesso aos pacientes realmente com necessidade de consulta em serviços especializados. O uso de protocolos de encaminhamento podem ajudar médicos da APS e da Regulação para tornar o acesso mais equitativo e em tempo adequado. Projeto aprovado pelo CEP HCPA - código: 07-402. **Palavra-chave:** Telessaúde, Atenção Primária à Saúde, Regulação Ambulatorial. Projeto 07-402